

**PERFIL DOS PRODUTORES RURAIS NO BRASIL: UMA ANÁLISE
COMPARATIVA ENTRE OS CENSOS AGROPECUÁRIOS DE 2006 E 2017**

**PROFILE OF RURAL PRODUCERS IN BRAZIL: A COMPARATIVE ANALYSIS
BETWEEN THE AGRICULTURAL CENSUSES OF 2006 AND 2017**

Gabriel Arthur Basilio dos Santos

Graduando em Engenharia de Produção pela Faculdade CNEC Unaí
Faculdade CNEC Unaí
Unaí, MG – Brasil
gbriel_arthur@outlook.com

Jéssica Almeida da Silva

Graduanda em Engenharia de Produção pela Faculdade CNEC Unaí
Faculdade CNEC Unaí
Unaí, MG – Brasil
j.silvaengproducao@gmail.com

Nayane Stefani Pereira de Melo

Graduanda em Engenharia de Produção pela Faculdade CNEC Unaí
Faculdade CNEC Unaí
Unaí, MG – Brasil
nayanestefanipereirademelo@gmail.com

Sara Ketley Soares Ribeiro

Graduanda em Engenharia de Produção pela Faculdade CNEC Unaí
Faculdade CNEC Unaí
Unaí, MG – Brasil
sara_ketley@msn.com

Viviane Barbosa dos Santos

Graduanda em Engenharia de Produção pela Faculdade CNEC Unaí
Faculdade CNEC Unaí
Unaí, MG – Brasil
viviane.barbosa.unai@gmail.com

Gevair Campos

Mestre em Agronegócios (UnB), Docente na Faculdade CNEC Unaí
Faculdade CNEC Unaí
Unaí, MG – Brasil
javas1989@gmail.com

* Recebido em: 31/08/2020

* Aceito em: 29/05/2021

RESUMO

Esse artigo busca demonstrar a evolução do perfil do produtor rural, o qual, se tem como base os dados do Brasil como um todo, por meio de pesquisas bibliográficas, de maneira exploratória e descritiva. As informações disponibilizadas pela pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e pela plataforma SIDRA possibilitou a realização de um comparativo entre os

censos agropecuários dos períodos de 2006 e 2017, onde, foram relacionados temas como, a idade, o sexo, o grau de escolaridade, o recebimento de assistência técnica, entre outros, descrevendo assim, a situação do perfil desse produtor no país. Apesar de ter ocasionado limitações em relação a essa comparabilidade devido o censo de 2017 ainda está sujeito a alterações e/ou acréscimos de dados foi possível à observação e apresentação de forma quantitativa e descritiva do assunto proposto, em que, nota-se que mesmo com a diminuição da população rural no país, variáveis como a quantidade de pessoas do sexo masculino, contendo faixa etária entre 30 e 60 anos de idade, baixo grau de escolaridade, produtores individuais na condição legal dos estabelecimentos, grande percentual de produtores titular como responsáveis de direção e/ou baixo recebimento de assistência técnica, continuaram a se destacar em ambos os períodos.

Palavras-chave: Agronegócio; Brasil; Produtor rural.

ABSTRACT

This article sought to demonstrate the evolution of the rural producer, which, based on data from Brazil as a whole, through bibliographic research, in an exploratory and descriptive manner. The information made available by the IBGE survey and the SIDRA platform made it possible to carry out a comparison between the Agricultural Census of the periods 2006 and 2017, where topics such as age, sex, education level, receiving assistance were related among others, thus describing the situation of the profile of this producer in the country. Despite having caused limitations in relation to this comparability due to the 2017 census, it is still subject to changes and/or additions of data, it was possible to observe and present in a quantitative and descriptive way the proposed subject, in which, it is noted that even with the decrease in the number of these people in the country, variables such as the number of those present in the male sex, with an age range between 30 and 60 years of age, low level of education, individual producers in the legal condition of the establishments, a large percentage of titleholders as responsible of direction and/or low receipt of technical assistance, continued to stand out in both periods..

Keywords: Agribusiness; Brazil; Rural producer.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, no Brasil, uma das principais atividades econômicas desenvolvida é a agropecuária, a qual é considerada como um ramo cheio de oportunidades de desenvolvimento e investimento que reside da exploração do espaço rural por meio do plantio (execução de atividades voltadas para a agricultura) e da criação (execução da atividade pecuária).

Uma das primeiras definições de agronegócio foi cunhada por John Davis e Ray Goldberg em 1958, quando lançaram o livro: “*A Concept of Agribusiness*”, baseado na hipótese de que os problemas relacionados com a atividade agrícola eram mais complexos que a atividade rural em si. Dessa forma ampliou-se o conceito de agricultura. “Em seu conjunto, o *agribusiness* é composto por vários subsistemas agroindustriais associados aos principais produtores. Entre os órgãos de coordenação destacam-se as firmas, as cooperativas, as associações de empresas e mesmo o mercado [...]” (SIFERT FILHO e FAVERET FILHO, 1998, p.266). E no Brasil o agronegócio se tornou uma das atividades mais lucrativas representando 23 % do Produto Interno Bruto (PIB) (IBGE, 2017).

A pessoa que desenvolve as atividades agropecuárias é designada como “Produtor Rural”. De acordo com o Projeto de Lei da Câmara, “o produtor rural é uma pessoa física ou jurídica que explora a terra, com fins econômicos ou de subsistência, por meio da agricultura, da pecuária, da silvicultura, do extrativismo sustentável, da aquicultura, além de atividades não-agrícolas, respeitando a função social da terra (PLS 325/06)”. Esse produtor é classificado como de pequeno, médio e grande porte. Essa classificação pode ser perfeitamente visualizada de

acordo com a Renda Bruta Agropecuária anual (RBA) auferida, que na falta dessa, pode ser considerado o caso de expansão da atividade, com a receita estimada, ou seja, é considerado pequeno produtor rural aquele que possui uma renda anual de até R\$ 160 mil, já o médio produtor rural deverá ter uma renda maior que R\$ 160 mil e menor que R\$ 800 mil e para o grande produtor rural considera-se uma renda maior que R\$ 800 mil (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012).

O agronegócio brasileiro vem passando por diversas transformações nos últimos anos, oriundas de mudanças institucionais, tecnológicas, economias, dentre outras. Essas transformações se refletem na forma como o produtor lida com a terra, na configuração do homem do campo, quanto ao seu perfil, uso da tecnologia, uso da terra etc.

Para retratar a realidade agrária no Brasil, e o seu desempenho nesse setor, no presente artigo será abordado uma comparação entre os censos agropecuários dos anos de 2006 e 2017, os quais, em meio aos indicadores existentes, terá como foco o indicador de produtores levando em consideração algumas variáveis específicas: Idade; Sexo; Nível de instrução; Naturalidade; Associação a cooperativas e/ou entidades de classe; Local de residência; Tempo de direção do estabelecimento; Condição legal do produtor; Condição legal das terras.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Ao relembrar-se do processo histórico do Brasil pode-se afirmar que ocorreu uma grande evolução no setor agropecuário, o qual, acarretou várias mudanças no desenvolvimento das regiões brasileiras, principalmente em relação à população rural. O referencial teórico foi estruturado de modo a descrever cadeias de produção, a modernização do agronegócio e a conceituação de agronegócio.

2.1. Cadeia de produção

Segundo Batalha (1995), uma cadeia de produção é definida a partir de um determinado produto final e envolve várias operações técnicas, comerciais e logísticas necessárias à sua produção, perpassando diversos segmentos, em especial, comercialização, processamento e produção de matérias-primas. Nesse caso, a agroindústria possui um papel importante na agregação de valor e na coordenação dos agentes produtivos, pois, contém uma interface entre as necessidades do consumidor final, as exigências da distribuição, as particularidades de transformação de matérias-primas em alimentos e a adoção de novas tecnologias de processo e produto.

O termo cadeia produtiva teve origem dos estudos da economia industrial francesa, que confere inclinação aos aspectos de distribuição de um determinado produto industrial, diferentemente do antigo modelo de criação de competitividade onde o privilégio era dado a variável preço no processo de coordenação do sistema (BATALHA, 1998). A cadeia produtiva pode ser designada como uma sequência de operações que conduzem à produção de bens, e sua articulação é influenciada pela fronteira de possibilidades estabelecidas pela tecnologia, além de ser definida pelas estratégias dos agentes que buscam a maximização de seus lucros.

Farina e Zylbersztajn (1992, p. 190), descrevem sobre o conceito de Cadeia Produtiva, a qual definem como sendo “à sucessão de estágios de transformação porque passa a matéria-prima, constituindo-se num espaço unificado de geração e apropriação do lucro e da acumulação”. Já Zylbersztajn (1995) refere-se as cadeias produtivas como operações organizadas de forma vertical e percorridas pelo produto desde sua produção até sua distribuição e podem ser coordenadas via mercado ou através da intervenção dos diferentes agentes que participam da cadeia.

Batalha (1995), propõe que a Cadeia de Produção Agroindustrial (CPA) seja representada encadeando as operações técnicas necessárias à elaboração do produto final. Sendo assim, a formação de uma CPA seria composta pela sucessão de operações tecnológicas

de produção distintas, associados à fabricação de determinado produto que atenda um determinado segmento de demanda

Castro (1994) e Castellanos (2009) averíguam que a cadeia produtiva é influenciada pelas instituições de apoio que participam na melhoria das condições econômicas, sociais, tecnológicas e legais. Para os autores a definição e o entendimento da cadeia produtiva possibilita agregar os diferentes atores que fazem parte do processo produtivo, fortalecendo a sinergia entre organizações públicas e privadas.

Para Batalha e Silva (1999), dentro de uma CPA contém a possibilidade de ser visualizado pelo menos quatro modelos de mercado, cada qual, com suas possíveis características sendo eles: entre os produtores de insumos e os produtores rurais; entre os produtores rurais e as agroindústrias; entre as agroindústrias e os distribuidores e/ou agroindústrias; entre os distribuidores e o consumidor final. A existência desses mercados permite o desempenho dos macro-segmentos de uma CPA.

De acordo com os estudos de Batalha (1999), pode-se visualizar o sistema agroindustrial como um sistema composto por três macro-segmentos de uma cadeia produtiva distintos, porém, a utilização de cada um desses irá variar com base em cada tipo de produto e o objetivo da análise. Os três macro-segmentos propostos pelo autor são:

Comercialização: É o segmento que representa a empresa que está em contato com o cliente final da cadeia de produção e que viabilizam o consumo e o comércio dos produtos finais, ou seja, é nesse que se encontra a incorporação das atividades atacadistas e varejistas.

Industrialização: Segmento, o qual, representa as firmas responsáveis pela transformação das matérias primas em produtos finais destinados ao consumidor. Neste caso o consumidor pode ser uma unidade familiar ou uma agroindústria, ou seja, é onde está inclusa as atividades agropecuárias.

Produção de matérias primas: reúne as firmas fornecedoras das matérias primas iniciais para que outras empresas avancem no processo de produção do produto final.

2.2. Modernização

Foi a modernização que acarretou na agroindustrialização, onde, segundo Rocha (1990), à medida que se industrializava a agricultura, a mesma se passava de um nível inferior a um nível superior de desenvolvimento, mas isso também significava uma perda progressiva de sua autonomia e de sua capacidade de decisão. Agora se tornava possível apreciar as várias faces de um fenômeno que correspondia um passo à frente, inevitável no curso do crescimento agrícola, mas que lhe haveria de trazer uma nova ordem de problemas. Sendo perfeitamente possível de ser visto quando se fala em aumento da produtividade de uma empresa a qual, juntamente irá acarretar custos para a mesma.

Segundo Delgado (1985), a industrialização do campo é um processo caracterizado pela implantação de um setor industrial produtor de bens de produção. Ainda de acordo com o autor, a modernização proporcionou a introdução de um mercado para produtos industrializados de origem agropecuária formando sistemas de agroindústrias voltados para o mercado interno e uma parte para o externo.

Sorj (1986) diz que a integração da agricultura com a indústria remonta às origens da colonização do Brasil, onde a produção agrícola de exportação já era processada internamente. Entretanto, a agroindústria fornecedora de insumos e bens de capital para o setor agrícola assim como o segmento de processamento de alimentos em grande escala para o mercado interno podem ser visualizados como um acontecimento contemporâneo. Atuaram, concomitantemente, os níveis crescentes de acumulação de capital, a expansão do mercado urbano e o próprio crescimento da agricultura, para a utilização crescente de tecnologia avançada. Podendo afirmar então que o efeito dos conjuntos dos níveis de acumulação industrial, a expansão do mercado urbano e o próprio crescimento da agricultura viabilizaram

a utilização crescente de tecnologia avançada. A criação do complexo agroindustrial foi possibilitada pelo desenvolvimento agrícola anterior e se transformou ao mesmo tempo no maior acelerador das transformações na agricultura.

Devido essa modernização ter sido progressiva no Brasil, pôde possibilitar também diferenças estruturais em seu espaço rural. Assim podemos afirmar o que foi dito por Gerardi (1980), que a modernização é relativa e adquire expressão espacial e temporal: espacial, porque distingue agricultores em graus variados de modernização, num mesmo lapso de tempo e, temporal, porque a mesma agricultura pode “evoluir” de tradicional à moderna no decorrer do tempo.

Graziano Neto (1982) resume que a desigualdade da modernização se dá em três níveis distintos: entre as regiões do país, entre as atividades agropecuárias e entre os produtores rurais. E que para Gerardi (1980), a diversidade da modernização pode ser explicada por meio do processo de adoção e expansão de inovações, ou seja, o agricultor terá que enfrentar barreiras que se antepõem à técnica a ser adotada no processo. Devendo assim, ser levado em consideração o grau de riscos e incertezas que existirão com a aplicação da tecnologia, se possuem capital suficiente e se há falta de conhecimento em relação ao assunto.

Segundo Martine (1987), na década de 70, as ocupações estáveis e permanentes foram em grande parte desestruturadas devido: à adoção de escalas de produção maior que expulsaram pequenos produtores, sejam eles proprietários ou não; à maior utilização de máquinas que expulsou a mão-de-obra tradicional; às mudanças nas relações de trabalho que expulsaram parceiros e arrendatários; finalmente, à especulação fundiária que também expulsou todo o tipo de trabalhador rural, mesmo em circunstâncias em que não houve mudanças efetivas no processo de produção.

Pôde ser visualizado que a modernização trouxe mudanças com relação ao emprego agrícola, onde alguns trabalhadores foram dispensados devido não serem precisos durante todo o ano. Hoje em dia pode-se verificar que a modernização traz consigo vantagens em termos de agroindustrialização ajudando no aumento da eficiência dos processos de produção e atribuindo qualidade aos produtos. Quando se trata de tecnologia pode ser verificado também que a sua atuação nas agroindústrias está presente quando se propõe uma generalização de métodos e resultados e/ou, na inovação e valorização desta nos processos produtivos com intuito de propor um diferencial competitivo.

Para Tarondeau (1982), o empreendedor inovador modifica a situação estabelecida com o objetivo de obter lucros e, desta forma estimula imitadores ou outras inovações a jusante ou a montante do movimento criado pela inovação inicial, em que, para Sorj (1986) as transformações acarretadas pela tecnologia implicou em grandes modificações, principalmente no setor alimentar, seja na substituição de um produto pelo outro, como pelo surgimento de novos produtos.

2.3. Agronegócio

O conceito de agronegócio surgiu a partir da integração da agricultura aos setores industriais de fornecimento de insumos, de um lado, e de processamento e distribuição da produção, de outro. Ele abrange todas as transformações associadas aos produtos agrícolas, desde a produção de insumos, passando pela unidade agrícola, processamento e distribuição até o consumidor final. Este encadeamento de ações interdependentes transforma o agronegócio em unidade de análise trazendo com isto novas potencialidades e desafios para o desenvolvimento econômico harmônico e sustentado (RUFINO, 1999).

Sorj (1980) apresenta a seguinte conceituação de que o agronegócio é um conjunto formado pelos setores produtores de insumos e maquinarias agrícolas, de transformação industrial dos produtos agropecuários e de distribuição, e de comercialização e financiamento nas diversas fases do circuito agroindustrial.

Por sua vez, Müller (1989) define o agronegócio como:

As relações entre indústria e agricultura na fase em que a agricultura apresenta intensas conexões para trás, com a indústria para a agricultura, e para frente, com as agroindústrias. O agronegócio é uma forma de unificação das relações interdepartamentais com os ciclos econômicos e as esferas de produção, distribuição e consumo, relações estas associadas às atividades agrárias (MÜLLER, 1989, p. 41).

Graziano (1992) afirma que o agronegócio representa “um agregado de sub sistemas inter-relacionados por fluxos de troca”, em que, segundo Malassis (1969), a estrutura do agronegócio está dividida em três partes: parte anterior à produção rural ou montante do agronegócio; a produção rural e setores que recebem a produção dos produtores rurais ou jusante do agronegócio.

Dentre as concepções de agronegócio pode ser citado também a do SEBRAE (2004) afirmando que o agronegócio está revolucionando a vida do campo, onde o produtor rural deixou de ser apenas o “dono” da propriedade agrícola para se transformar num empresário rural. Atualmente não basta possuir conhecimentos sobre a forma de plantar determinado produto. A competitividade está forçando os produtores a se modernizarem, a interagirem com o meio no qual estão inseridos, o que está exigindo que eles mudem a maneira de administrar a propriedade rural. Para que isso ocorra é necessário que os produtores abram a “porteira da fazenda” ou da propriedade para novos conceitos.

A compreensão do agronegócio, em todos os seus componentes e inter-relações, é uma ferramenta indispensável a todos os tomadores de decisão, sejam autoridades públicas ou agentes econômicos privados, para que formulem políticas e estratégias com maior previsão e máxima eficiência. Ele é considerado como o segmento econômico de maior valor em termos mundiais e sua importância relativa varia de acordo com cada país.

Segundo Araújo (2005), na atualidade os conceitos de “setor primário ou de agricultura perderam o sentido, porque deixou de ser somente rural, ou somente agrícola, ou somente primário”.

A agricultura, ou o setor primário, que antes não dependia de outros setores, na visão do agronegócio passa a depender de muitos serviços, máquinas e insumos. Portanto, destacamos a pós-produção, quando se necessitam de armazéns, mercado atacadista, mercado varejista, exportação e toda a infraestrutura, tais como estradas, portos, etc.

O agronegócio passa a ser encarado como um sistema de elos, abrangendo itens como pesquisa, insumos, tecnologia de produção, transporte, processamento, distribuição e preço. Com relações inter setoriais a montante e a jusante à unidade produtiva agrícola, formando o sistema do *agribusiness* ou agronegócio (ARAÚJO, 2005).

Ainda segundo Araújo (2005), o agronegócio divide-se em três partes, dentro de uma concepção de visão sistêmica também conhecidos como seguimentos dos sistemas agroindustriais. Inicialmente, os negócios agropecuários propriamente ditos (ou de “dentro da porteira”) que representam os produtores rurais, sejam eles pequenos, médios ou grandes, constituídos na forma de pessoas físicas (fazendeiros ou camponeses) ou de pessoas jurídicas (empresas).

Em segundo lugar, os negócios a montante (ou “da pré-porteira”) em relação à agropecuária, representados pela indústria e comércio que fornecem insumos para os negócios agropecuários. Por exemplo, os fabricantes de fertilizantes, defensivos químicos, equipamentos, etc. E em terceiro lugar, estão os negócios a jusante dos negócios agropecuários. São os negócios “após-porteira”, aqueles negócios que compram os produtos agropecuários, os beneficiam, os transportam e os vendem para os consumidores finais, por exemplo: os frigoríficos, as fábricas de fiação, tecelagem e de roupas, os curtumes e as fábricas de calçados, os supermercados e varejistas de alimentos, etc (ARAÚJO, 2005).

No contexto de agroindústrias sabe-se que esse é considerado como, a industrialização do meio agropecuário, onde, um sistema agroindustrial é formado por indicadores, sendo eles: Agricultura, Pecuária, Produtores e Estabelecimentos.

Segundo Silva (2012), a agricultura é composta por formas biológicas destinadas à produção de alimentos e outros produtos necessários à vida, incluindo o cultivo de plantas e fibras. Vários desafios marcaram a história e evolução da agricultura, do ponto de vista da oferta, produtividade e expansão de terras, e do ponto de vista da demanda, os desafios estão relacionados ao atendimento à expansão do consumo.

A Pecuária é o conjunto de processos técnicos usados na domesticação de animais para obtenção de produtos com objetivos econômicos. Também é conhecida como criação animal. A pecuária é mais antiga do que a agricultura (IBGE, 2013) e inclui a criação animal desde abelhas a búfalos.

A produção animal é a principal fonte de proteína para a população humana, e tem grande valor econômico e estratégico para os países. O Brasil é um dos maiores produtores e exportadores mundiais de carnes, garantindo saldos significativos na nossa balança comercial.

De acordo com o Estatuto do Produtor Rural - PLS 325/06, o produtor rural é caracterizado como uma pessoa física ou jurídica que explora a terra, com fins econômicos ou de subsistência, por meio da agricultura, da pecuária, da silvicultura, do extrativismo sustentável, da aquicultura, além de atividades não-agrícolas, respeitada a função social da terra.

Segundo IBGE (2017), os estabelecimentos agropecuários abrangem toda unidade de produção ou exploração dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas. Independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de estar na área rural ou urbana, todo estabelecimento agropecuário tem como objetivo a produção, seja para venda (comercialização da produção) ou para subsistência como sustento do produtor ou de sua família (IBGE, 2017).

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização deste artigo, foram realizadas pesquisas bibliográficas, exploratória e descritiva. Este, tem como intuito demonstrar por meio de dados censitários a evolução do perfil do produtor rural. A base desse artigo é a pesquisa por meio dos dados do Censo Agropecuário de 2006 e de 2017, disponível no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA); a partir dos dados foi realizada comparação entre os devidos censos.

Segundo Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa bibliográfica abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, livros, monografias, teses, revistas, etc., até meios de comunicação orais e audiovisuais. Ainda segundo as autoras, ela tem por objetivo permitir um reforço paralelo na análise das pesquisas realizadas e no manuseio das informações. Assim, pode-se perceber que a pesquisa bibliográfica não é uma repetição do que foi dito e/ou escrito sobre certo assunto, mas propicia um exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

É uma pesquisa exploratória pois, consiste na realização de um estudo que tem como intuito uma familiarização com o objeto que está sendo investigado durante a pesquisa, ou seja, ela é aplicada de maneira que o pesquisador tenha uma maior proximidade com o universo do objeto de estudo e que oferece informações e orienta a formulação das hipóteses da pesquisa. De acordo com Gil (1999), a pesquisa exploratória é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato. O presente artigo é também considerado como descritivo, a qual tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre as variáveis (GIL, 1999), ou seja, busca interpretar os dados do estudo realizado, estabelecendo assim uma relação entre suas variáveis.

O IBGE é o principal provedor de dados do Brasil, a partir desse sistema pôde-se verificar as devidas características dos produtores rurais. Com relação ao que foi pesquisado, pode-se observar um panorama do perfil do produtor entre os anos de 2006 e de 2017, levando em consideração o sexo, a idade, a escolaridade, a cor/ raça e a ocupação com ou sem parentesco.

Diante desse contexto, foi realizada uma análise comparativa, pondo em evidência dados dos dois últimos censos agropecuários, demonstrando as mudanças no perfil do produtor rural brasileiro durante esse determinado tempo. Para Marconi e Lakatos (2017), o método comparativo ocupa-se da explicação dos fenômenos e permite analisar o dado concreto, deduzindo desse “os elementos constantes, abstratos e gerais”.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção são apresentados, analisados e relacionados os resultados dos censos agropecuários dos anos de 2006 e 2017. O censo agropecuário tem como intuito investigar informações sobre os estabelecimentos agropecuários e as atividades agropecuárias neles desenvolvidas, abrangendo características do produtor e do estabelecimento, economia e emprego no meio rural, pecuária, lavoura e agroindústria. Tem como unidade coletora toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais ou aquícolas, subordinada a uma única administração (produtor ou administrador), independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização, com o objetivo de produção para subsistência ou para venda.

Tendo como foco o indicador produtor rural, aqui será levado em consideração os resultados relacionados a este, presente na pesquisa do Censo Agropecuário aplicada pelo IBGE. De acordo com o IBGE, em seu livro, “censo agropecuário 2006”, o produtor rural é classificado como pessoa física ou jurídica responsável pelas decisões na utilização dos recursos, e que exerce o controle administrativo das operações relativas às explorações do estabelecimento agropecuário, com a responsabilidade econômica e/ou técnica sobre a exploração, sendo ou não o proprietário da terra (IBGE, 2006).

4.1 Censo agropecuário 2006 no Brasil

Para a realização do censo agropecuário de 2006, houve uma grande transformação em relação ao censo anterior, onde, nele o período de referência levou em consideração o ano civil, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2006, e a data de referência foi o dia 31 de dezembro de 2006.

As mudanças ocorridas neste censo, buscaram melhor captar as transformações ocorridas nas diversas atividades agropecuárias e no meio rural. Para isso, foram aplicadas inovações tecnológicas aos instrumentos de coleta, substituindo o questionário em papel, pelo questionário eletrônico desenvolvido em computador de mão, o *Personal Digital Assistant* (PDA). Sendo também, implementado o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE), o qual, reúne além da descrição detalhada dos endereços dos domicílios e dos estabelecimentos agropecuários, as coordenadas geográficas capturadas com o *Global Position System* (GPS) contido no PDA, de todos os domicílios e estabelecimentos da área rural, possibilitando uma melhor identificação das unidades visitadas, conformando, assim, um conjunto de informações que subsidiam o planejamento de futuras pesquisas da Instituição (IBGE, 2006).

O IBGE, no censo agropecuário de 2006, realizou levantamento em 93,6% dos estabelecimentos rurais mapeados. A quantidade total de produtores rurais em estabelecimentos agropecuários no ano de 2006 no Brasil foi de 5.175.636 produtores, sendo que, 4.519.381 equivalem à quantidade de produtores do sexo masculino e 656.255 são referentes ao sexo feminino. A Tabela 01 demonstra a porcentagem equivalente aos produtores rural no Brasil de

acordo com o sexo (feminino e masculino), podendo ser verificado que a quantidade de homens como produtores é maior em relação às mulheres.

Tabela 01 - Perfil dos produtores rurais brasileiros pelo censo 2006

		Quantidade	Frequência
Gênero	Masculino	4519381	87,32%
	Feminino	656255	12,68%
Faixa etária	Menor que 25 anos	170583	3,30%
	De 25 a 35 anos	701727	13,56%
	De 35 a 45 anos	1135153	21,93%
	De 45 a 55 anos	1208120	23,34%
	De 55 a 65 anos	1053352	20,35%
	Acima de 65 anos	906701	17,52%
	Nível de instrução	Alfabetização de adultos	275315
Ensino fundamental incompleto		2192027	42,35%
Ensino fundamental completo (1º Grau)		436581	8,44%
Ensino médio ou 2º grau completo (Curso técnico)		379474	7,33%
Ensino superior		145634	2,81%
Sabe ler e escrever (Nunca frequentou escola)		478507	9,25%
Não sabe ler e escrever (Analfabeto)		1268098	24,50%

Fonte: IBGE (2006).

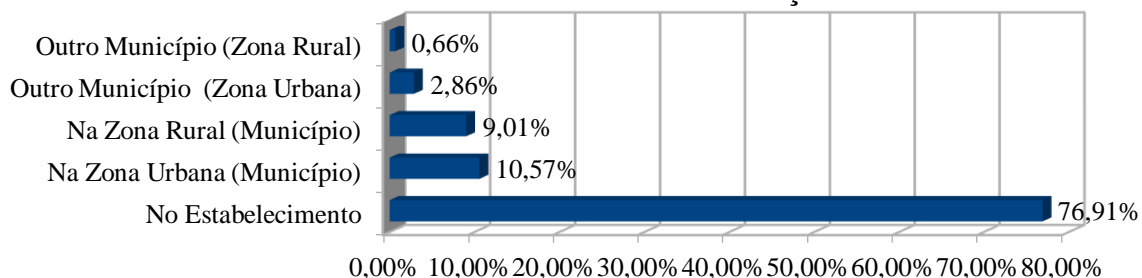
Analisando os dados sobre faixas etárias, destaca-se que a maior parte dos produtores possuía entre 45 e 55 anos de idade, sendo, a quantidade de produtores com essa faixa etária igual a 1.208.120 produtores e a menor parcela representada por aqueles com idade inferior ou igual a 25 anos contendo 170.583 produtores. As demais faixas etárias encontradas foram de: 25 a 35 anos com um valor absoluto de 701.727 produtores; entre 35 e 45 anos contendo 1.135.153 produtores; entre 55 e 65 anos com quantidade de 1.053.352 produtores e na faixa etária de 65 anos ou mais, 906.701 produtores (Tabela 01).

Com relação ao nível de instrução a maioria desse pessoal eram analfabetos ou, sabiam ler e escrever, porém, não frequentaram escolas, ou, possuíam ensino fundamental incompleto, ou seja, os produtores possuíam baixo grau de escolaridade, totalizando um valor de 3.938.632 produtores. Os demais pesquisados possuíam ensino fundamental completo, ou, ensino médio completo/segundo grau completo com algum curso técnico, ou, formação em curso superior totalizando 1.237.004 produtores.

Verificou-se que grande parte desses produtores reside no local onde situam-se seus estabelecimentos somando 3.980.485 pessoas e que a minoria mora na zona rural de outro município totalizando 33.904 pessoas. Também se encontram produtores residentes na zona urbana dos municípios de seus estabelecimentos rurais (547.146 produtores); na zona rural do município onde possui o seu estabelecimento e; na zona urbana de outro município.

O Gráfico 01 demonstra em percentual a localidade em que se encontra a residência dos produtores rurais brasileiros pesquisados, distinguindo se residem em perímetro urbano ou rural.

Gráfico 01 - Residência do Produtor Rural com Relação ao Estabelecimento



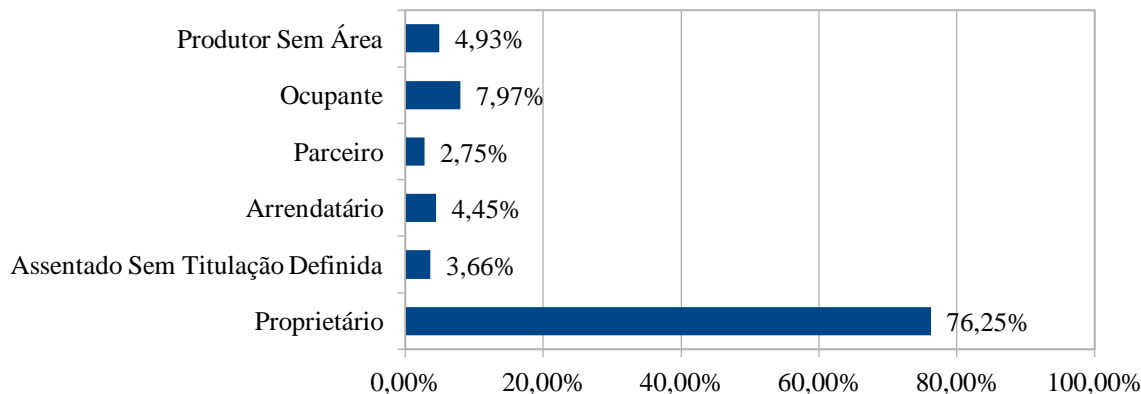
Fonte: IBGE (2006).

Para identificar a condição do produtor em relação a terra foram consideradas as seguintes categorias: proprietário, assentado sem titulação definida, parceiro, ocupante e produtor sem área (aquele que não há registros da área e de utilização das terras dos estabelecimentos) (IBGE, 2006).

A categorização desta condição foi derivada da indagação sobre a área e a composição das terras do estabelecimento, ou seja: se o produtor possuía terras próprias, terras cedidas por órgão fundiário mais ainda sem título definitivo, terras arrendadas, terras em parceria ou terras ocupadas.

Com base nas características dessas categorias obteve-se os respectivos valores totais para cada condição: 3.946.411 proprietários, 189.193 assentados sem titulação definida, 230.121 arrendatários, 142.534 parceiros, 412.358 ocupantes e 255.019 produtores sem área (Gráfico 02).

Gráfico 02 - Condição do Produtor Rural em Relação a Terra

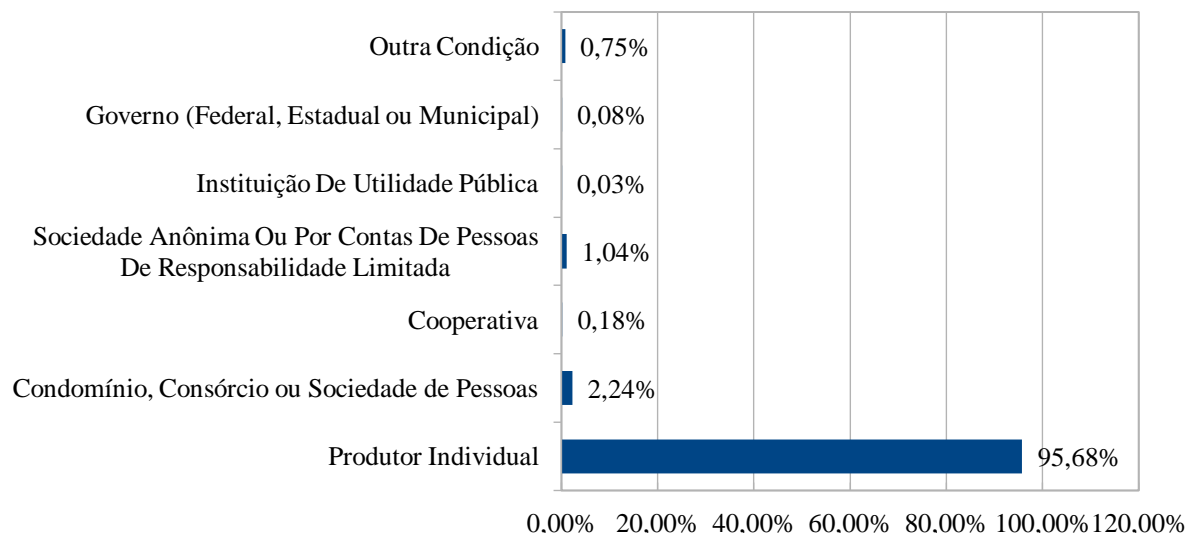


Fonte: IBGE (2006).

Quanto à condição legal do produtor nos estabelecimentos rurais identifica-se as seguintes categorias e suas características (Gráfico 03): Produtor individual - pessoa física e o único responsável pelo estabelecimento; Condomínio, consórcio ou sociedade de pessoas - condomínio, consórcio ou sociedade de pessoas, como marido e mulher, pais e filhos, amigos ou outros; Cooperativa - quando o produtor fosse uma cooperativa; Sociedade anônima (S/A) ou por Cotas de responsabilidade limitada (LTDA) - sociedade anônima ou sociedade por cotas de responsabilidade limitada ou entidades de economia mista; Instituição de utilidade pública - instituição de utilidade pública, tais como: instituição religiosa, hospital beneficente, asilo, orfanato, organização não governamental - ONG, e outras; Governo - órgão do Governo Federal, Estadual ou Municipal; e Outras condições- Não se encaixa nas demais citadas acima (IBGE, 2006).

No Gráfico 03, percebe-se que a quantidade de produtor individual apresenta grande destaque ao se comparar com as demais condições de titulação, as quais, totalizam 4.952.265 produtores, sendo, uma numeração muito significativa pois, o valor total desse pessoal no Brasil de acordo com a pesquisa aqui apontada foi de 5.175.636 produtores no ano de 2006.

Gráfico 03 - Condição Legal do Produtor Rural nos Estabelecimentos



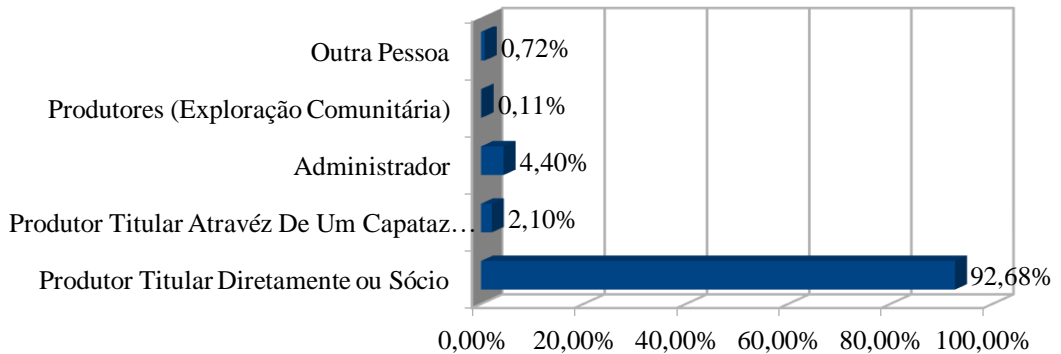
Fonte: IBGE (2006).

Com base em seus estabelecimentos, o produtor rural foi classificado de acordo com a responsabilidade de direção que tinha (Gráfico 04), sendo considerado produtor titular diretamente ou sócio aquele em que a direção dos trabalhos estivesse sob a responsabilidade do produtor, ou de um sócio, no caso de sociedade de pessoas inclui o marido e a mulher, parentes e amigos; ou de um dos condôminos, no caso de condomínios; ou de um dos herdeiros, no caso de imóvel em inventário ou em processo de partilha.

A classificação de produtor titular através de um capataz ou pessoa com laços de parentesco com o mesmo inclui aquele em que a direção dos trabalhos fosse de responsabilidade do produtor, mas, este utilizava uma outra pessoa no acompanhamento diário dos trabalhos. Quando considerado administrador, a direção dos trabalhos estaria sob a responsabilidade direta de pessoa contratada para desempenhar a função de administrador e os produtores, no caso de explorações comunitárias - refere-se à exploração em área comum a um conjunto de produtores e a direção dos trabalhos é dividida entre um grupo de produtores, onde todos tivessem voz ativa na condução dos trabalhos, como nas aldeias indígenas, em alguns tipos de projetos de assentamento, etc.

Abaixo segue o gráfico com essa classificação de responsabilidade do produtor de acordo com a distribuição entre as categorias.

Gráfico 04 - Classificação do Produtor Rural de acordo com sua Responsabilidade de Chefia

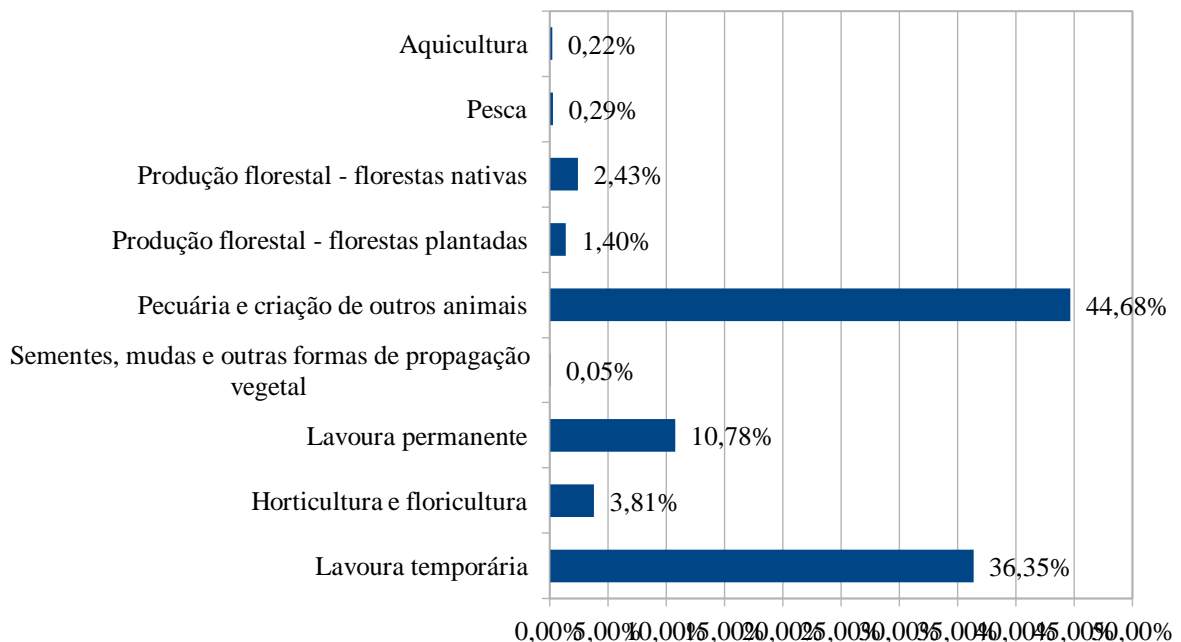


Fonte: IBGE (2006).

A atividade econômica do estabelecimento agropecuário foi classificada como aquela de predominância simples da atividade que apresentara o maior valor de produção, independente da variabilidade. Os grupos de atividades econômicas encontrados: lavoura temporária; horticultura e floricultura; lavoura permanente; sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal; pecuária e criação de outros animais; produção florestal-florestas plantadas; produção florestal-florestas nativas; pesca e; aquicultura.

No Gráfico 05 verifica-se as parcelas das atividades econômicas, demonstrando que a maior parte possui as atividades voltadas para pecuária e criação de outros animais, e a minoria com atividades voltadas para sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal.

Gráfico 05 - Grupos de Atividades Econômicas em Relação com o Produtor Rural



Fonte: IBGE (2006).

Em relação às orientações técnicas, estas são descritas como uma assistência especializada prestada ao estabelecimento agropecuário, por profissionais habilitados, como Engenheiros Agrônomos, Engenheiros Florestais, Veterinários, Zootecnistas, Engenheiros Agrícolas, Biólogos, Técnicos Agrícolas, Tecnologistas de Alimentos e/ou Economistas

Domésticos, com a finalidade de transmitir conhecimento e orientar os produtores agropecuários.

Quanto à origem da orientação técnica recebida, classifica-se: Governos Federal, Estadual ou Municipal - quando prestada por técnicos de órgãos governamentais, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, (Embrapa), as Universidades, as Secretarias de Agricultura, Empresas de Extensão Rural (EMATER, EMPAER, EPAGRI, Casa da Agricultura, entre outras); Própria ou do próprio produtor - quando prestada por técnico, pessoa física ou consultor, contratado pelo produtor ou quando a pessoa que administra o estabelecimento, produtor ou administrador, possuíse habilitação técnica ou formação profissional legalmente autorizada a prestar assistência às atividades desenvolvidas no estabelecimento; Cooperativas - quando prestada por técnicos habilitados de cooperativas, desde que o produtor não tivesse contrato de integração com os mesmos; Empresas integradoras - quando prestada por técnicos habilitados de empresas com as quais o produtor tivesse contrato de integração; Empresas privadas de planejamento - quando prestada por técnicos de empresas contratadas pelo produtor; e Organização não governamental - quando prestada por técnicos de organizações não governamentais.

Tabela 02 - Frequência e origem da assistência técnicas

		Quantidade	Frequência
Recebe orientação técnica	Ocasionalmente	662589	12,80%
	Regularmente	482460	9,32%
	Não Recebe	4030586	77,88%
Origem da orientação técnica	Governo (federal, estadual ou municipal)	491607	9,32%
	Própria ou do próprio produtor	250263	4,75%
	Cooperativas	225521	4,28%
	Empresas integradoras	153860	2,92%
	Empresas privadas de planejamento	85196	1,62%
	Organização não-governamental (ONG)	6793	0,13%
	Outra	30376	0,58%
	Não recebe	4030586	76,42%

Fonte: IBGE (2006).

Com base na Tabela 02, pode ser percebido que o grau de não recebimento de assistências técnicas é bastante elevado em relação a quantidade de produtores rurais existentes, onde, mais de 77% dos produtores não recebem nenhuma assistência técnica. Dos que recebem, mais de 9% são provenientes de instituições públicas federais, estaduais ou municipais, destacando a importância das políticas públicas e das instituições públicas na efetivação destas políticas de assistência técnica e serviços de extensão rural, conforme ilustrado no censo de 2006.

4.2 Censo Agropecuário 2017

A realização do censo agropecuário de 2017 pelo IBGE teve como referência o ano safra que compreendeu o período de 01 de outubro de 2016 até o dia 30 de setembro de 2017 com data de referência o dia 30 de setembro de 2017, retratando a realidade agrária do Brasil, por meio de dados relacionados às características e atividades econômicas dos estabelecimentos

rurais e produtores do país, demonstrando informações sobre a organização e a estrutura dos setores agropecuário, florestal e aquícola.

Para o censo agropecuário foram adotadas as premissas sugeridas no Programa del Censo Agropecuário Mundial 2020, implementado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (*Food and Agriculture Organization - FAO*) em 2016; as categorizações da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0, elaborada pelo IBGE em 2007; e a Revisão 4 da Classificação Industrial Internacional Uniforme de Todas as Atividades Econômicas - CIIU (*International Standard Industrial Classification of all Economic Activities - ISIC*), da Divisão de Estatística das Nações Unidas (*United Nations Statistics Division - UNSD*) (IBGE, 2017).

Até então o Censo Agropecuário referente ao ano de 2017 apresentou resultados preliminares, os quais, podem sofrer alterações até que haja uma divulgação definitiva.

De acordo com os dados obtidos pelo IBGE no Censo Agropecuário de 2017, a quantidade de produtores rurais totalizou 5.072.152 produtores, sendo, 4.100.900 pessoas do sexo masculino, 945.490 do sexo feminino e 25.762 produtores não se identificam a nenhum dos dois sexos citados (Tabela 03). Nos dados censitários encontram-se dados sobre autodeclaração de raça ou cor dos produtores: Branca, Preta, Amarela, Parda e Indígena; a Tabela 03 explicita esses dados.

Tabela 03 - Perfil dos produtores rurais censo 2017

		Quantidade	Frequência
Gênero	Masculino	4100900	80,85%
	Feminino	945490	18,64%
	Não se aplica	25762	0,51%
Faixa etária	Menor que 30 anos	276319	5,48%
	De 30 à 60 anos	3040403	60,25%
	Acima de 60 anos	1729653	34,28%
Nível de instrução	Não frequentou escola	783925	15,45%
	Classe de alfabetização (CA)	639800	12,61%
	Alfabetização de jovens e adultos (AJA)	77209	1,52%
	Elementar	1205898	23,77%
	Médio 1º ciclo	302936	5,97%
	Regular do ensino fundamental ou 1º grau	970673	19,13%
	Educação de jovens e adultos e supletivo do ensino fundamental ou 1º grau (EJA)	19768	0,39%
	Médio 2º ciclo	26253	0,52%
	Regular do ensino médio ou 2º grau	643454	12,68%
	Técnico de ensino médio ou do segundo grau	76472	1,51%
	Educação de jovens e adultos e supletivo do ensino médio ou 2º grau (EJA)	12342	0,24%
	Superior Graduação	283209	5,58%
	Mestrado ou doutorado	14586	0,29%
	Não se aplica	16799	0,33%

Tabela 03 (Continuação) - Perfil dos produtores rurais censo 2017

	Quantidade	Frequência
Branca	2291153	45,40%
Preta	422595	8,37%
Raça ou Cor Amarela	33463	0,66%
Parda	2242993	44,45%
Indígena	56183	1,11%

Fonte: IBGE (2017).

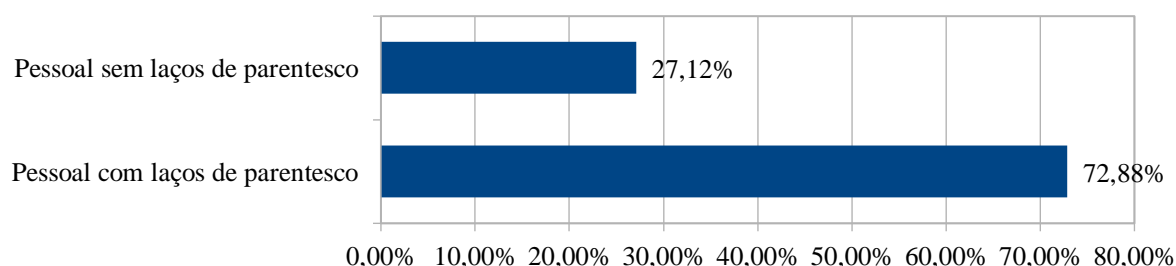
Na Tabela 03 verifica-se a maior representatividade do sexo masculino dentre os produtores rurais em relação ao sexo feminino e aquelas pessoas que não se identificam dentre as duas opções. Em se tratando da idade dos produtores rurais a pesquisa foi dividida em três faixas etárias apresentadas na tabela 03. Na primeira faixa etária (inferior a 30 anos) encontram-se 276.319 produtores rurais, 3.040.403 faixa etária de 30 a 60 anos e 1.729.653 produtores possuem idade acima de 60 anos.

Em relação ao grau de escolaridade, notou-se que, grande parte dos pesquisados possuía apenas o ensino elementar, o qual, é referente ao antigo primário e a minoria possuía Educação de Jovens e Adultos e Supletivo do Ensino Médio ou do 2º Grau (EJA).

A Tabela 03 ilustra de maneira nítida o resultado dessa classificação dos produtores que foram pesquisados em forma de percentual, onde, pode ser percebido a realidade do nível de escolaridade em que esse pessoal se encontra.

Um tópico abordado nesse censo foi o de pessoal ocupado, onde, foram considerados os seguintes critérios: pessoal ocupado com laço de parentesco com o produtor (contendo 10.958.787 pessoas) e pessoal ocupado sem laço de parentesco com o produtor (composto por 4.078.191 pessoas) (Gráfico 06).

Gráfico 06 - Pessoal Ocupado em Relação ao Laço de Parentesco com o Produtor.



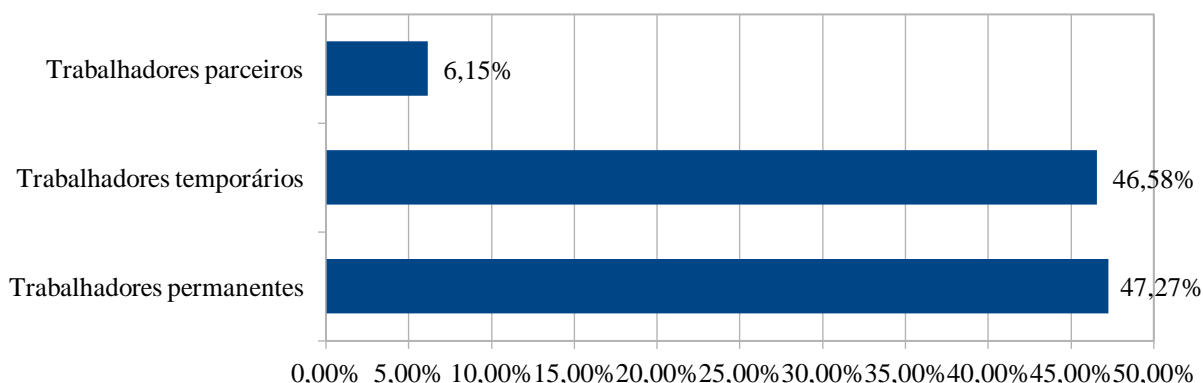
Fonte: IBGE (2017).

Foi considerado o pessoal ocupado com laço de parentesco todos aqueles que são cônjuge ou companheiro (a), filho (a) do produtor e do cônjuge, filho (a) somente do produtor, filho (a) somente do cônjuge, genro ou nora, pai, mãe, padrasto, madrasta, sogro (a), neto (a), bisneto (a), irmão ou irmã, avô ou avó, outros parentes (tio (a), sobrinho (a), primo (a), cunhado (a), ou menor sob guarda ou tutela), e enteado (a) do produtor. Foram considerados, também, neste contexto, os agregados que, mesmo sem ter laços de parentesco com o núcleo familiar, são considerados por seus membros como integrantes da família.

Aqueles classificados como pessoal ocupado sem laço de parentesco, são todas aquelas pessoas que não se enquadram na descrição anterior. Nessa classificação podem ser citados os trabalhadores permanentes que são aquelas pessoas que trabalham de maneira regular e contínua em atividades do estabelecimento agropecuário, contratada com esta característica; o

trabalhador temporário, o qual, se enquadra naquelas pessoas contratadas, sem a intermediação de terceiros, que trabalhou uma ou mais vezes no estabelecimento agropecuário em tarefas temporárias ou eventuais, como destocamento, preparo da terra, plantio, colheita, limpeza de pasto, reforma de cercas etc. e; trabalhador parceiro que consiste em pessoas que trabalhavam diretamente subordinadas à pessoa que dirigia o estabelecimento, e que executou tarefas mediante recebimento de uma parte da produção: meia, terça, quarta etc. (Gráfico 07).

Gráfico 07 - Pessoal Ocupado Sem Laço de Parentesco com o Produtor



Fonte: IBGE (2017).

Em relação às condições legais dos produtores rurais (IBGE, 2017), foi levado em conta se esses estavam ligados à categoria de produtor individual (pessoa física e o único responsável pelo estabelecimento); Casal (responsáveis pela direção), união de pessoas, condomínio ou consórcio (quando união de pessoas, como: casal, pais e filhos, amigos, um condomínio ou um consórcio); Cooperativa; Sociedade Anônima (S/A) ou por Cotas de Responsabilidade Limitada (LTDA) (sociedade anônima, ou sociedade por cotas de responsabilidade limitada, ou entidade de economia mista); Instituição de utilidade pública (instituição de utilidade pública, como: instituição religiosa, hospital beneficente, asilo, orfanato, organização não governamental-ONG, entre outras); e Governo (órgão do governo federal, estadual ou municipal).

Este censo abordou também a relação entre produtores e a responsabilidade como chefia dos estabelecimentos, sendo classificadas algumas condições: Produtor diretamente (pelo menos um produtor existente no estabelecimento é responsável por dirigir os trabalhos existentes); Casal (codireção) (o casal divide as responsabilidades que estão ligadas à direção dos estabelecimentos ou, que pelo menos em parte das atividades executadas as decisões sejam tomadas por ambos); Produtor através de um encarregado ou pessoa com a qual tinha laço de parentescos (responsabilidade dos trabalhos no estabelecimento era do produtor, porém, outra pessoa acompanha nas atividades); Administrador (pessoa contratada para executar a função de administrador incluindo a responsabilidade de direção dos trabalhos no estabelecimento); e Produtores, no caso de explorações comunitárias (responsabilidades divididas entre grupos de produtores, os quais, possuem voz ativa na condução dos trabalhos).

A Tabela 04 ilustra as formas de condições legais que são utilizadas pelos produtores que foram pesquisados nesse censo, apontando também, a existência de outros tipos de categorias utilizadas e que alguns não aplicam nenhum tipo de condição legal.

Com base nos dados foi verificado se esses produtores recebiam assistência técnica (Tabela 04), prestada por profissionais capacitados e especializados como, por exemplo, a prestação de orientação técnica realizada por engenheiros agrônomos, florestais ou agrícolas, veterinários, zootecnistas, biólogos, técnicos agrícolas, tecnologistas de alimentos ou

economistas domésticos, com a finalidade de transmitir conhecimento e orientar os produtores agropecuários.

Tabela 04 - Condição do produtor, responsabilidade e assistência técnica

		Quantidade	Frequência
Condição legal	Produtor Individual	3652446	72,01%
	Casal, união de pessoas, condomínio ou consórcio	1393952	27,48%
	Cooperativa	1098	0,02%
	Sociedade Anônima S/A ou por cotas de responsabilidades Limitadas (Ltda)	12883	0,25%
	Instituição de utilidade pública	581	0,01%
	Governo	731	0,01%
	Outra condição	9680	0,19%
	Não se aplica	781	0,02%
Responsabilidade de direção	Produtor(a) titular diretamente	3711157	3,18%
	Casal (codireção)	1029509	20,30%
	Produtor(a) titular através de um encarregado	281901	5,56%
	Administrador(a)	16500	0,33%
	Produtores (exploração comunitária)	8428	0,17%
	Outra pessoa	23868	0,47%
Recebimento assistência técnica	Recebem assistência técnica	1007036	19,86%
	Não recebem assistência técnica	4064296	80,14%

Fonte: IBGE (2017).

Em relação ao apresentado acima nota-se um déficit em relação a assistência técnica prestada aos produtores, onde, o percentual daqueles que não recebem nenhum tipo de assistência é superior àqueles que recebem.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho pode-se reparar que a princípio ocorreram algumas mudanças nos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, os quais, possibilitaram uma melhora na arrecadação de dados, aumentando assim a qualidade e o grau de confiabilidade com relação à pesquisa. Ao realizar um paralelo entre os respectivos períodos percebe-se que, a comparação absoluta não é possível de ser feita, pois, o IBGE não proporcionou todos os dados em relação ao censo de 2017 até então. Porém, verifica-se que uma mudança ocorrida foi que o foco desse censo fora voltado para a retratação da realidade agrária no Brasil, onde, buscaram um melhor detalhamento dos produtores rurais.

Associando o Censo Agropecuário de 2006 ao de 2017 nota-se que houve um declínio de 103.484 produtores o equivalente a aproximadamente 2%, porém, a quantidade de pessoas do sexo masculino permaneceu com representatividade superior nos estabelecimentos agropecuários.

Em relação a faixa etária em 2006, foi atribuído um questionário, onde, as alternativas a serem marcadas foram alocadas de 10 em 10 anos de idade, já em 2017 se resumiu em menor que 30 anos, de 30 a 60 anos e acima de 60 anos. Sendo assim, pode-se afirmar que a quantidade de produtores com a faixa etária entre 30 e 60 permaneceu superior em ambos os anos pesquisados, podendo ser citado um aumento de aproximadamente 16% produtores se enquadrando nesse percentual. Nos dados coletados sobre o nível de instrução houve uma

mudança, em que, buscou-se um maior e melhor detalhamento para se saber em que grau de escolaridade eles se encontravam, porém, distingue-se que o baixo grau de escolaridade continua a ser elevado destacando-se no último censo agropecuário realizado em que a maioria desses produtores possuíam apenas o ensino elementar, o qual, corresponde ao antigo primário.

Com o decorrer dos anos, mesmo ocorrendo uma redução de produtores rurais, a quantidade desses se tratando da condição legal em relação aos estabelecimentos continuou a ser maior para produtores individuais e para condomínio, consórcio ou sociedade de pessoas, em que, nesse último caso foi acrescentado o casal (quando ambos dividirem as responsabilidades). A maior parte daqueles designados como chefes de estabelecimentos ainda se incluem na categoria de produtor titular, porém, houve uma diminuição de 1.085.466 pessoas de 2006 para 2017.

Em tratando da orientação técnica aplicada por profissionais especializados e capacitados, se destaca o grande percentual de não recebimento desse tipo de assistência onde percebe-se que no decorrer de um período para o outro ocorreu um aumento de 2,13%, ilustrando que há falhas nas políticas de assistências técnicas e serviços de extensão rural ao campo que não estão sendo supridas pelo mercado.

Por fim, algumas mudanças ocorridas no campo, segundo a análise dos censos, a elevação do número de mulheres em aproximadamente 6% em 2017, ainda continuando os homens na posição de chefia das propriedades com mais de 80%. Com relação à condição legal do produtor, houve uma elevação de aproximadamente 20% nas propriedades com casal, união de pessoas, condomínio ou consórcio para o censo de 2017, reduzindo assim em aproximadamente 23% os produtores individuais, ilustrando novas formas de condução das atividades no campo em conjunto.

Este trabalho retrata algumas alterações no campo, no que tange as características dos produtores e das propriedades rurais, contribuindo para ilustração da realidade dos produtores rurais com base nos dois últimos censos agropecuários, contribuindo para geração de conhecimento. Este também poderá servir de base para políticas direcionadas aos produtores rurais, uma vez que traz algumas interpretações dos dados censitários do segmento agropecuário brasileiro.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, C. H. V. Resolução Nº 4.174, de 27 de Dezembro de 2012. Ministério da Fazenda - Banco Central do Brasil. 2012. Disponível em: <sistemasweb.agricultura.gov.br>. Acesso em outubro, 2018.

ARAUJO, L. O. C. Método para a proposição de diretrizes para a melhoria da produtividade da mão-de-obra, na produção de armaduras. 2005. Tese (Doutorado em Engenharia) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BATALHA, M. O. As cadeias de produção agroindustriais: uma perspectiva para o estudo das inovações tecnológicas. Revista de Administração, São Paulo, v. 30, n. 42, p. 43-50, 1995.

BATALHA, M. O. Cadeias Agroindustriais: definições e aplicações. Notas de aula. Dep/UFSCar. São Carlos, 1998.

BATALHA, M. O.; SILVA, A. L. Gestão de cadeias produtivas: Novos aportes teóricos e empíricos. In: GOMES, M. F.; COSTA, F. A. (Dês)equilíbrio econômico & Agronegócio. Viçosa: UFV, 1999.

BATALHA, M. O.; SILVA, A. L.; Gestão de cadeias produtivas: Novos aportes teóricos e empíricos. In (Des)Equilíbrio Econômico & Agronegócio. GOMES, M. F. M.; COSTA, F. A.(editores.); Viçosa: UFV, DER, 1999.

CASTELLANOS, O. F.; TORRES, L. M.; ROJAS, J. C. Agenda prospectiva de investigación y desarrollo tecnológico para la cadena productiva de fique en Colombia. Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural: Bogotá D.C, 2009. Disponível em:

<http://www.bdigital.unal.edu.co/2078/1/2009__Agenda_Fique.pdf> Acesso em: 20 mar. 2016.

CASTRO, A. M. G. de; PAEZ, M. L. A.; COBBE, R. V.; GOMES, D. T.; GOMES, G. C. Demanda: Análise Prospectiva do Mercado e da clientela de P&D em Agropecuária. In: Gestão de Ciência e Tecnologia: Pesquisa Agropecuária. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Brasília, 1994.

DELGADO, G. C. Capital Financeiro no Brasil, São Paulo: Ícone, 1985.

FARINA, E. M., ZYLBERSZTAJN, D. Organização das cadeias agroindustriais de alimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA. 20.,1992, Campos de Jordão. Anais...São Paulo: 1992, p. 189-207.

GERARDI, L. H. de O. Algumas reflexões sobre modernização da agricultura. In:Geografia, Rio Claro, v. 5, n. 9/10, p. 19-34, 1980.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRAZIANO NETO, F. A questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1982.

IBGE. Agronegócio. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2017. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em outubro, 2018.

IBGE. Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar, Primeiros Resultados, Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2009. Acesso em: <biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em outubro, 2018.

IBGE. Censo Agropecuário 2017: Estabelecimentos. 2017. Disponível em: <www.censos.ibge.gov.br>. Acesso em outubro, 2018.

IBGE. Conceitos e Métodos: Metadados. 2018. Disponível em: <<https://metadados.ibge.gov.br/consulta/estatisticos/operacoesestatisticas/CA/2006/0/0>>. Acesso em: Outubro, 2018.

IBGE. Pesquisas Trimestrais da Pecuária: manual técnico. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. vol. 1, ed. 4, dezembro, 2013. Disponível em: <biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em outubro, 2018.

MAFRA, R. C. Produtor Rural ou Agricultor. Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agrônômica, Recife, vol. 10, p.90-91, 2013.

MALASSIS, L. Analyse du complexe agro-alimentaire d'après la comptabilité nationale française. Économies et Sociétés, Paris, v. 3, n. 9, p. 1667-1687, set. 1969.

MARCONI, M. A. LAKATOS, E. M. Metodologia do Trabalho Científico. ed. 8. São Paulo: Atlas, 2017.

MARCONI, M. A. LAKATOS, E. M. Técnicas de Pesquisa. Editora Atlas S.A. São Paulo. ed. 06. 2007.

MARTINE; A. Modernização e emprego no campo. In: MARTINE, G.; GARCIA, R. C. (Org.). Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo: Caetes, 1987.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Definição de Agroindústria. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em outubro, 2018.

MÜLLER, G. Complexo agroindustrial e modernização agrária. São Paulo: Hucitec, 1989.

NARDELI, R. O que diz o projeto do Estatuto do Produtor Rural - PLS 325/06. Agencia Senado. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em outubro, 2018.

RÉVILION, J. P. P.; BADEJO, M. S. Gestão e Planejamento de Organizações Agroindustriais. EAD, Série Educação a Distância. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2011.

ROCHA, M. M. Complexo Industrial. Revista Unimar. Maringá, v.12, n.2, p.237-242, out. 1990.

RUFINO, J. L. S. Origem e conceito do agronegócio. Informe Agropecuário, Belo Horizonte, v. 20, n. 199, p. 17-19, 1999.

- SCHULTZ, G.; WAQUIL, P. D. Políticas Públicas e Privadas e Competitividade das Cadeias Produtivas Agroindustriais. EAD, Série Educação a Distância. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2011.
- SEBRAE. Definição de Agronegócio. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. 2004. Disponível em: <www.sebrae.com.br>. Acesso em outubro, 2018.
- SEBRAE. Perfil do Produtor Rural. 2018. Disponível em: <<http://datasebrae.com.br/perfil-do-produtor-rural/>>. Acesso em: Outubro, 2018.
- SIFFERT FILHO, Nelson; FAVERET FILHO, Paulo. O sistema agroindustrial de carnes: competitividade e estruturas de governança. Revista do BNDES. Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.265-297. dez. 1998.
- SILVA, J. G. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: Unicamp, 1998.
- SILVA, M. F. O.; COSTA, L. M. A indústria de defensivos agrícolas. BNDES Setorial, n. 35, p. 233-276, 2012.
- SORJ, B. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- SORJ, B. Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. 2a edição, Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- TARONDEAU, J. C. Produits et technologies. Choix politiques de l'entreprise industrielle, Dalloz, collection Gestion Management, 222 p., Paris, 1982.
- TAVARES, J. M.; ATALIBA, F.; CASTELLAR, I. Mensuração da produtividade total dos fatores para os estados brasileiros, sua contribuição para o crescimento do produto e influência da educação: 1986: 1998. Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza. V. 32, n. Especial, 2001.
- TEIXEIRA, J. C. Modernização da Agricultura do Brasil: impactos econômicos sociais e ambientais. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas Três Lagoas-MS, V 2 – n.º 2 – ano 2, Setembro de 2005.
- WILKINSON, J. Demandas tecnológicas, competitividade e inovação no sistema agroalimentar do MERCOSUL ampliado. Montevideo: PROCISUR; BID, 1999.
- ZYLBERSZTAJN, D. Estruturas de governança e coordenação do agribusiness: uma aplicação da nova economia das instituições. Tese de Livre Docência, Departamento de Administração. FEA/USP, 238 p., 1995.